

ARQUEOLOGIAS DISSIDENTES – GÊNERO E DECOLONIALIDADE EM PAUTA

**DISSIDENT ARCHEOLOGIES – GENDER AND DECOLONIALITY ON THE
AGENDA**

Recebido em: 13/03/2023

Aceito em: 25/08/2023

Publicado em: 28/09/2023

Fernanda Telles Márques¹ 

Resumo: Tendo como tema o surgimento de duas subáreas da arqueologia aqui identificadas como dissidentes, o texto reflete sobre a inserção das perspectivas decolonial e de gênero na produção de conhecimento arqueológico. Trata-se de um ensaio bibliográfico, desenvolvido a partir de leituras da área e buscas em bases de dados como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Como resultados, constatou-se que as duas correntes têm afinidade epistemológica com a arqueologia crítica, o que se percebe na concepção de ciência que abraçam, da qual faz parte a defesa de uma autocrítica da disciplina acerca de contribuição para uma lógica de colonização do “outro”, bem como a ênfase em visibilizar populações locais e outros sujeitos historicamente marginalizados pela produção científica hegemônica.

Palavras-chave: Arqueologia; Teoria arqueológica; Gênero; Decolonialidade.

Abstract: Taking as its theme the emergence of two subfields of archeology identified here as dissidents, the text reflects on the insertion of decolonial and gender perspectives in the production of archeological knowledge. This is a bibliographical essay, developed from searches in databases such as Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). As results, it was found that both currents have epistemological affinity with critical archaeology, which can be seen in the conception of science they embrace, which includes the defense of a self-criticism of the discipline about its contribution to a logic of colonization of the “other”, as well as the emphasis on making visible local populations and other subjects historically marginalized by the hegemonic scientific production.

Keyword: Archeology; archaeological theory; Gender; Decoloniality.

INTRODUÇÃO

Surgida em práticas fortuitas, nas quais o valor de um objeto recuperado do passado geralmente se reduzia a seu valor material, Pagnossi (2013) explica que, até se tornar uma disciplina científica, a arqueologia atravessou um longo caminho. Deste caminho fez parte o antiquarismo – movimento que, na Europa, esteve ligado ao patriotismo e ao culto a personalidades heroicas que pudessem servir como amálgama do “espírito” nacional.

¹ Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba (PPGE-UNIUBE). Doutora em Ciências Sociais pela UNESP, com pós-doutorado em Estudos Culturais pela UFRJ e especialização em Arqueologia e Patrimônio pela FAVENI. Membro efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). E-mail: fernanda.marques@uniube.br.

Dado seu contexto de surgimento e desenvolvimento, ponderamos que, tal como ocorrido com a antropologia, também a arqueologia esteve vinculada a uma concepção de mundo colonizadora e excludente. Nos dizeres de Funari (2013, p. 23), por muito tempo tal ciência foi “[...] ligada às mais reacionárias e conservadoras posições sociais e políticas, [estando] a serviço, muitas vezes, da opressão de indígenas, mulheres, pobres, minorias diversas e mesmo maiorias variadas”.

Na segunda metade do século XX, entretanto, um giro epistemológico teve início e se fez perceber em vários campos do conhecimento, não sendo diferente no campo aqui tratado: entre os anos 70 e 80, em resposta à busca por leis gerais, foi desenvolvida a corrente conhecida como pós-processual ou interpretativa. Nela, a pretensa neutralidade do pesquisador e a postura predominantemente descritiva foram colocadas em debate, defendendo-se, em seu lugar, o reconhecimento de que a subjetividade de quem pesquisa também se manifesta na análise de dados arqueológicos. Pouco mais adiante foi a vez da arqueologia de gênero ser proposta, bem como de uma arqueologia decolonial buscar seu espaço.

Isto posto, o artigo é parte de um projeto mais amplo, desenvolvido com fomento da FAPEMIG², e propõe uma reflexão sobre a inserção das perspectivas decolonial e de gênero na pesquisa arqueológica, o que é feito recorrendo-se à pesquisa bibliográfica, desenvolvida em abordagem qualitativa.

Os resultados se apresentam organizados em outras quatro seções além da introdução. Na primeira, introduzimos a categoria gênero e seu processo de elaboração, situando contribuições de Margaret Mead, Simone de Beauvoir, John Money, Robert Stoller, Gayle Rubin, Joan Scott e Judith Butler. Na seção seguinte discorremos sobre o surgimento da arqueologia de gênero, contextualizando produções de precursoras como Margaret Conkey e Janet Spector.

Na terceira seção abordamos a presença do pensamento do “Sul global” – em especial de Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Nick Shepherd e Alejandro Haber –, na defesa de uma arqueologia decolonial, e refletimos brevemente sobre a representatividade da área na produção acadêmica do Brasil.

² Trata-se do projeto APQ FAPEMIG 02373-21 - *Marcadores sociais da diferença em livros didáticos do ensino médio recomendados pelo PNL 2021*, em cuja primeira fase nos dedicamos à compreensão do desenvolvimento das categorias sexo/gênero e raça/etnia, e de seus impactos na arena científica ocidental.

GÊNERO, UMA CATEGORIA (AINDA) EM PRODUÇÃO

Desenvolvida ao longo de décadas como resposta a desigualdades fundamentadas em uma leitura estreita do dado biológico, a categoria gênero envolve o entendimento de que os “modos de ser” de homens e de mulheres são derivados da realidade social e não das anatomias de seus corpos (PEREIRA; MÁRQUES, 2022).

A noção de gênero tem raízes longínquas, que podem ser buscadas em pesquisas realizadas na década de 1930 pela antropóloga Margaret Mead. Em seu trabalho etnográfico junto aos povos Arapesh, Mundugumor e Tchambuli, da Nova Guiné, Mead demonstrou empiricamente que os estereótipos do feminino e do masculino circulantes no mundo ocidental de seu tempo não eram universais, o que lhe permitiu concluir que os temperamentos e os papéis sociais assumidos por homens e por mulheres não podem ser atribuídos unicamente à estrutura biológica e à ação dos hormônios sexuais. A pesquisadora assim sintetiza os achados que a levaram a tais conclusões a partir do contato com referidas sociedades:

Numa delas [Arapesh], homens e mulheres agiam como esperamos que as mulheres ajam: de um suave modo parental e sensível; na segunda [Mundugomor], ambos agiam como esperamos que os homens ajam: com bravura iniciativa; e na terceira [Tchambuli], os homens agem segundo o nosso estereótipo para as mulheres, são fingidos, usam cachos e vão às compras, enquanto as mulheres são enérgicas, administradoras, parceiras desadornadas (MEAD, 2000, p.10).

Ainda que o trabalho de Mead apontasse para a existência de “algo” para além da dimensão biológica, a autora ainda não faz uso do termo gênero, sendo este um conceito que só tomou corpo duas décadas mais tarde, em meio à segunda onda do movimento feminista e sob influência direta da obra da teórica social Simone de Beauvoir.

Na comentada obra *O segundo sexo*, de 1949, Beauvoir discute e desnaturaliza os comportamentos e anseios então considerados como ‘naturalmente femininos’, reconhecendo na educação, enquanto agente da cultura, o estabelecimento e a reprodução de papéis socialmente determinados à mulher (MÁRQUES, 2022b, p. 52).

Pouco depois de Beauvoir ter desenvolvido a máxima que a tornaria célebre – “*Não se nasce mulher, torna-se mulher*” –, dois profissionais da saúde, o psicólogo John Money e o psiquiatra e psicanalista Robert Stoller, recorreram ao termo gênero para fazer referência a outras dimensões atuantes na sexualidade humana para além do sexo biológico. Surgiam, assim,

os conceitos de “identidade de gênero”, tratado por Stoller como uma experiência subjetiva de pertencimento a um gênero, desenvolvida ao longo da vida a partir da combinação de fatores biológicos, ambientais e psicológicos (STOLLER, 1968), e de “expressão de gênero”, definido a partir de Money como “[...] todas as coisas que uma pessoa diz ou faz para mostrar que tem o estatuto de menino ou homem, menina ou mulher, respectivamente” (MONEY *et al.*, 1955, p. 285; tradução nossa).

Para Money e seus colaboradores, atuantes na clínica de intersexualidade em pediatria, era importante que a classe médica compreendesse que

[...] um papel de gênero não é estabelecido no nascimento, mas é construído cumulativamente através de experiências confrontadas e negociadas - através de aprendizagens casuais e não planejadas, através de instruções explícitas e inculcações [...]. Resumindo, um papel de gênero se estabelece de maneira muito similar a uma língua nativa (MONEY *et al.*, 1955, p. 285; tradução nossa).

Enquanto isso, ainda sob certa influência de Simone de Beauvoir, mas cada vez mais alinhada também com a abordagem foucaultiana do corpo e da sexualidade, a crítica feminista trazia ao debate trabalhos como o da antropóloga estruturalista Gayle Rubin, que recorreu ao termo gênero em uma pesquisa sobre mecanismos do tráfico de mulheres. Em sua tese, defendida em 1975, a pesquisadora criou um esquema interpretativo por ela chamado de “sistema sexo/gênero”, segundo o qual a natureza estaria para o sexo, assim como o gênero estaria para a cultura (RUBIN, 1993; PAGNOSSI, 2013).

A teoria de Rubin foi questionada pouco depois pela historiadora Joan Scott, para quem a antropóloga havia se equivocado ao privilegiar o sistema de parentesco em suas análises³. O argumento de Scott era que o estudo de sociedades complexas exige a investigação do sistema político, do mercado de trabalho e, da mesma forma, da educação recebida pelas meninas (SCOTT, 1995; MÁRQUES, 2022b).

No avançar da década de 1980, com a aproximação da terceira onda do movimento feminista, a expressão “questão de gênero” deixou de ser um sinônimo imediato para pesquisas sobre a condição da mulher. Com o trabalho da filósofa pós-estruturalista Judith Butler, teve

³ Cabe registrar que, em entrevista concedida a Judith Butler em 1994, Gayle Rubin teve a oportunidade de esclarecer que “[...] num sentido mais comum, especialmente em sociedades complexas, o parentesco pode significar simplesmente as relações sociais de ajuda, intimidade e ligação duradoura. Essa forma de usar o termo parentesco é muito diferente da concepção de parentesco de Lévi-Strauss” (RUBIN; BUTLER, 2003, p. 190).

início um processo que levaria pouco depois a uma concepção mais ampla de gênero, na qual se evoca reflexões sobre os impactos de uma lógica binária na produção social das identidades (MÁRQUES, 2022b).

Em Butler, o gênero é uma construção sociocultural que se manifesta por meio de performances que, de tão repetidas e ritualizadas, acabam naturalizadas aos olhos e quem as vivencia. Ou seja, não se trata de algo essencial e imutável, mas de práticas (discursivas e não discursivas) que se consolidam pela repetição (BUTLER, 2008).

ARQUEOLOGIA DE GÊNERO

Encabeçada por nomes como o da antropóloga especialista em arqueologia mesoamericana Rosemary Joyce, de Ruth Tringham, Margaret Conkey e Linda Hucombe, estudiosas de populações do Paleolítico Superior europeu, e de Joan Gero, destacada por suas pesquisas sobre o papel da mulher na produção de cerâmica nas Américas e no continente africano, a arqueologia de gênero tem uma história um pouco controversa. Segundo Pagnossi (2013), não há consenso se este campo do conhecimento teria decorrido ou não de uma demanda pós-processual.

Em geral, explica a autora, o que se pode afirmar é que seu surgimento sofre influências da terceira onda feminista e tem relação direta com a crítica feita à arqueologia na década de 1980. Um dos primeiros pontos criticados, diz ela, era referente à (in)visibilidade feminina e de gênero na pesquisa arqueológica, pois

[...] quando levadas em conta, as atividades das mulheres são sempre interpretadas como secundárias e inferiorizadas, além da naturalização e generalização de determinadas tarefas, como são atribuídas as funções de coleta às mulheres e a de caça aos homens, sendo esta última considerada superior ou a maior das fontes de subsistência. [...]. Outro desvio comum da arqueologia, alvo da crítica feminista, foi o de considerar os papéis, divisões de tarefas entre os sexos e maneiras de vivenciar o gênero como algo estável, imutável, comum à maioria das sociedades [...] (PAGNOSSI, 2013, p. 46).

Sene (2007) postula que as origens dessa subárea envolvem tanto o trabalho de um pequeno grupo de arqueólogas escandinavas do final da década de 1970, que teriam conseguido demonstrar que o papel da mulher na pré-história era bem maior do que divulgavam as pesquisas da área, quanto reflexões iniciais de Margaret Conkey e Janet Spector, tecidas sob influência da crítica feminista.

Em um esforço de organização cronológica e considerando as obras a que tivemos acesso, concordamos com a autora, vislumbrando como um possível marco do surgimento do campo a publicação, em 1984, de "Archaeology and the Study of Gender", de Margaret Conkey e Janet Spector, mas somamos a esta obra o artigo "Gender bias in Archaeology: a cross-cultural perspective", de Joan Gero. Entendemos que obras vindas na sequência, nos anos 90, ajudaram a sedimentar o campo, como: "Gender Theory and the Archaeological Record", da filósofa e arqueóloga Alison Wylie; "Archaeology and The Goddess: exploring the contours of feminist archaeology", em que Conkey se une a Ruth Tringham para uma análise crítica do trabalho de Marija Gimbutas acerca de estatuetas paleolíticas e neolíticas, entre outras (CONKEY; SPECTOR, 1984; GERO, 1983; WYLIE, 1991; CONKEY; TRINGHAM, 1995).

Acompanhando as discussões ocorridas na antropologia, na filosofia e na sociologia, as primeiras décadas do século XXI foram um momento em que a arqueologia de gênero mostrou seu potencial para se expandir para além da análise de relações binárias e para operar em perspectiva interseccional. Na literatura em língua inglesa são muito citados, neste sentido, os trabalhos de Linda Hurcombe, que em 2015 publicou "Archaeological Artefacts as Material Culture", e de Julia Hendon e Rosemary Joyce, organizadoras de "Mesoamerican Figurines: small-scale indices of large-scale social phenomena", de 2013.

A arqueologia de gênero pode ser entendida, assim, como uma subárea da arqueologia surgida de uma dupla crítica: ao apagamento da mulher como pesquisadora, no contexto do próprio trabalho arqueológico, e a interpretações anacrônicas dos achados de referidas pesquisas quando relacionados a gênero. Este campo do conhecimento contribui para o questionamento das desigualdades de gênero uma vez que sua produção tem potencial para demonstrar que tanto as relações de gênero quanto o gênero em si são construções sociais, que mudam ao longo do tempo e que, portanto, podem ser subvertidas e desconstruídas por práticas que, por inspiração em Butler, chamamos de "dissidentes".

Cabe observar que, para Butler (2008), o sexo não é uma categoria puramente biológica, posto que seu significado se produz em meio a práticas culturais. Contudo, diferente disso, Sene (2007) nos leva a entender que, na arqueologia de gênero, a distinção entre sexo e gênero *tende* a considerar que o sexo (macho/fêmea) é apenas biologicamente determinado⁴, já que

⁴A superação dessa dicotomia sexo-natureza/gênero-cultura será depois explorada pela interessante arqueologia Queer, que, entretanto, não é objeto do presente trabalho.

“representado pelos remanescentes ósseos humanos”, ao passo que o gênero “[...] é considerado como construção social, pois envolve o desempenho de papéis sociais, mesmo que na maioria das vezes esteja relacionado ao sexo dos indivíduos num sistema social nem sempre estruturado de forma binária” (SENE, 2007, p. 3). Vê-se, assim, uma compreensão de gênero mais próxima da segunda onda no movimento feminista do que da terceira.

A arqueologia de gênero se baseia na ideia de que a arqueologia é uma ferramenta para compreender as sociedades e as pessoas que criaram objetos e cenários resgatados do passado. Isso significa que tal subárea não apenas busca compreender as relações de gênero em sociedades antigas, como também questiona como tais relações são construídas e representadas na própria disciplina.

ARQUEOLOGIA DECOLONIAL

Em sentido parecido, na década de 90 mais questionamentos alcançaram a disciplina, reconhecendo-se que a narrativa arqueológica estava centrada em uma perspectiva não só masculina, como também branca e europeia. Começava, assim, o desenvolvimento de outra subárea, organizada a partir da crítica às estruturas coloniais e neocoloniais presentes na produção do conhecimento arqueológico.

Esta vertente, que considera as consequências políticas, sociais e culturais da colonização e chama a reconhecer que a arqueologia também esteve entre as ciências utilizadas para perpetuar e reforçar sistemas opressivos como o racismo, teve vários precursores entre arqueólogos/as, antropólogos/as e movimentos sociais. Destacamos, nesse sentido, as contribuições de Walter Mignolo e de Anibal Quijano, ambos participantes do coletivo de intelectuais conhecido como Grupo Modernidade/ Colonialidade ou Proyecto M/C.

Ainda que considerado como um dos teóricos que mais contribuíram para o desenvolvimento da arqueologia decolonial, cabe esclarecer que o educador peruano Aníbal Quijano não escreveu especificamente sobre o tema. Sua contribuição está relacionada à análise crítica da colonialidade do poder e às chamadas epistemologias do Sul, o que pode ser visto em “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” (QUIJANO, 2020) entre outros trabalhos.

Diferente de Quijano, o semiólogo argentino Walter Mignolo faz um exercício de diálogo com o campo arqueológico, o que se vê na obra "El lado más oscuro de la modernidad

occidental: futuros globales, opciones decoloniales” (MIGNOLO, 2011). Nela, Mignolo defende a importância de se desenvolver uma "arqueologia decolonial", vista como estratégia para a desconstrução epistêmica do pensamento ocidental moderno e para a recuperação de outros modos de conhecimento e pensamento. A arqueologia por ele postulada “[...] se dedica a escavar as ruínas do passado colonial e seus legados no presente, a fim de trazer à luz as formas de vida, os saberes e as formas de pensamento que foram silenciados e apagados pelo projeto colonial”, tratando-se, assim, de “um esforço para recuperar a memória e a história das epistemologias pré-coloniais e para descolonizar as formas de conhecimento e saber que foram impostas pelo colonialismo” (MIGNOLO, 2011, p. 91; tradução nossa)

Ainda que parta de uma crítica das consequências da modernidade para os povos originários, o autor também se volta a outras formas de opressão então desenvolvidas. Diz ele

A modernidade produz feridas coloniais, patriarcais (normas e hierarquias que regulam gênero e sexualidade) e racistas (normas e hierarquias que regulam a etnia), promove o entretenimento banal e narcotiza o pensamento. Portanto, a tarefa de fazer, pensar e ser decolonial é a cura da ferida e da compulsão para “querer ter” (MIGNOLO, 2015, p.7; tradução nossa).

O arqueólogo Nick Shepherd comunga da ideia de que a modernidade colonial não envolveu apenas conquista de territórios e captura de um povo por outro, mas também a “captura” e a manipulação do conhecimento produzido por estes povos que foram dominados. Assim, o autor entende que uma arqueologia decolonial deva ter início com o esforço de compreensão do papel que a própria arqueologia acabou desempenhando “na conquista do espaço e do tempo, na formação de subjetividades, na subalternização dos saberes e no estabelecimento de uma nova ordem de coisas” (SHEPHERD, 2015, p. 173; tradução nossa).

Nesse sentido, observa o pesquisador, a arqueologia se assemelha à antropologia, disciplina com a qual frequentemente está associada. Trata-se de campos do conhecimento que foram organizados pela lógica colonial, em torno de um modelo centro/periferia (MÁRQUES, 2022a).

Essa posição é partilhada pelo professor de arqueologia na Universidade de Catamarca (Argentina), Alejandro Haber, que sustenta que a academia e a universidade também devem ser descolonizadas para que se possa falar em descolonização do conhecimento, afinal, é a partir

delas que se dá a re/produção de um saber hegemônico apresentado como único conhecimento válido. Diz ele

A arqueologia e a antropologia entram em contato com outros conhecimentos reduzindo-os a dados brutos para a produção dos seus conhecimentos disciplinares. Esse tipo de predação epistêmica pode ser interrompido se: (a) o conhecimento do *outro* for considerado como conhecimento; e (b) os dispositivos acadêmicos de predação epistêmica (e violência, em geral) forem expostos e desmontados (*idem*, p. 174; tradução nossa).

Os autores mencionados têm em comum, além da abordagem decolonial, o fato de desenvolverem suas reflexões a partir do “Sul global”: Mignolo e Haber na Argentina, Quijano no Peru, Sheferd na África do Sul. Isso nos faz refletir se, no Brasil, a arqueologia decolonial também estaria presente.

Uma visita às bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) sugere que ainda temos poucos representantes dessa subárea do pensamento arqueológico. Ao fazer buscas com os descritores “arqueologia” AND “decolonial OR descolonial” os resultados foram ínfimos: na SciELO localizamos apenas um artigo, publicado em 2021, sobre as coleções Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena; na BDTD não encontramos nenhuma publicação.

Quando o descritor secundário foi substituído pelo adjetivo “descolonizante”, houve uma alteração. Na SciELO não resultou qualquer produção, mas, em contrapartida, na BDTD surgiram uma tese de doutorado defendida na USP em 2012 e uma dissertação de mestrado defendida na UFMG em 2014.

Analisando o escopo dos três trabalhos encontrados, verificamos que um ponto em comum é a menção à delicada questão da participação das comunidades locais em uma produção arqueológica que lhes diz mais respeito do que aos pesquisadores. Nesse sentido, como destacam Godoy e Santos (2017) em sua discussão sobre a restituição (ou não) de acervos arqueológicos,

[...] hoje, a função dos museus não pode se restringir somente à salvaguarda de artefatos, desse modo eles correm o risco de reproduzir ações hegemônicas centradas na coleta e pesquisa de materiais. Com a finalidade de romper com tais práticas, os museus devem tornar-se fóruns de negociação, cujo enfoque está na apropriação dos objetos pelos sujeitos aos quais pertencem (*idem*, p. 111).

Assim, uma arqueologia decolonial, ou seja, que assume um papel “descolonizante”, nos parece ser aquela que também incentiva a participação ativa de comunidades locais em projetos arqueológicos pelos quais se resgata um patrimônio diretamente relacionados às suas identidades coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto na Introdução, a arqueologia se organiza em diferentes correntes teórico-metodológicas, sendo que a de gênero e a decolonial são apenas duas de suas manifestações mais recentes. Antes destas, entretanto, tivemos outras respostas à arqueologia tradicional que caracterizou o século XIX: no final da década de 1950 foi proposta a corrente Processual, pela qual se agregou ao campo cientificidade e método; na década 1980 a abordagem Pós-processual chamou a atenção para a inevitável presença da subjetividade do pesquisador na interpretação dos dados, identificando vieses na neutralidade tão anunciada pelos processualistas; nos anos 90 a vertente Crítica tomou para si a tarefa de compreender como a dimensão política e as desigualdades socioeconômicas se refletem na produção e na interpretação dos dados arqueológicos.

Entendida por alguns pesquisadores como fruto do desenvolvimento da corrente pós-processual, deslocando-a para análises que, a nosso ver, são mais contextuais, a arqueologia crítica antecipa algo que será depois proposto pela decolonial. Nela já está presente o questionamento ao próprio campo do conhecimento e às premissas eurocêntricas e coloniais que, por muito tempo, sustentaram boa parte da produção tanto arqueológica quanto antropológica.

Isto posto, os estudos empreendidos permitiram compreender como se deu a inserção das perspectivas decolonial e de gênero na pesquisa arqueológica, o que foi realizado em etapas: primeiro buscamos alargar nosso conhecimento sobre a categoria gênero, depois averiguar o que se está chamando de arqueologia de gênero e com base em qual referencial teórico, para, ao final, nos voltarmos ao contexto de surgimento da arqueologia decolonial, verificando sua presença (ou não) na produção acadêmica brasileira encontrada em duas bases de dados.

Com a pesquisa bibliográfica também conseguimos identificar afinidades entre a arqueologia crítica e as vertentes de gênero e decolonial, considerando que nas três se defende

seriamente a visibilidade de sujeitos historicamente marginalizados pela produção científica mais alinhada com um horizonte epistemológico hegemônico.

A presença de convergências facilmente identificáveis não apaga, entretanto, o fato de que se trata de subáreas com especificidades que lhes garantem a identidade. Como visto no decorrer do artigo, a arqueologia de gênero assume como objeto central as relações de poder entre homens e mulheres, o que envolve a análise da construção do gênero no campo da cultura material de diferentes contextos e leva a questionamentos sobre como tais relações afetariam experiências individuais e agiriam na produção social de identidades. Na arqueologia decolonial, por sua vez, questões de poder e dominação também se fazem presentes, contudo, por outra perspectiva. Parafraseando Paulo Freire (1997), diríamos que, aqui, interessa primeiro denunciar a assimetria de relações de poder constitutivas da própria disciplina para, na sequência, anunciar modos mais dialógicos e inclusivos de produção do conhecimento arqueológico.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Volume I: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Editora Record, 2008.

CONKEY, Margaret; SPECTOR, Janet. Archaeology and the Study of Gender. **Advances in archaeological – method and theory**, v. 7, p. 1-38, 1984. Disponível em: <https://web.stanford.edu/class/ihum42/archgender.pdf>. Acesso em 28 dez. 2022.

CONKEY, Margaret; TRINGHAM Ruth. Archaeology and The Goddess: exploring the contours of feminist archaeology. In: STEWART, Abigail; STANTON, Domna. (org.) **Feminisms in the Academy: rethinking the disciplines**. An Arbor: University of Michigan Press, p. 199-247, 1995.

FREIRE, Paulo. **Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho**. Brasília: Coleção Senado, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 23-25, jun. 2013. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v65n2/10.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

GERO, Joan M. Gender bias in archaeology: a cross-cultural perspective. In: GERO, Joan M. *et al* (Org.). **The Sociopolitics of archaeology**. Hampshire: University of Massachusetts Press, 1983, p. 51-57.

GODOY, Renata; SANTOS, Emilly Cristina Barbosa dos. Restituição de Acervos Arqueológicos: novas soluções ou antigos problemas? **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 11, n.2, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8649796>. Acesso em: 20 jan. 2023.

HABER, Alejandro. Arqueología Indisciplinada y Descolonización del Conocimiento. In: GNECCO, Cristóbal.; HABER, Alejandro; SHEPHERD, Nick. **Arqueología y decolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2015. Disponível em: <https://www.unicauca.edu.co/fchs/sites/default/files/SHEPHERD-GNECCO-HABER-ARQUEOLOG%C3%8DA%20Y%20DECOLONIALIDAD.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MÁRQUES, Fernanda Telles. À flor da pele: quando uma etnografia da violência escolar encontra o racismo estrutural brasileiro. **Revista de Estudios y Experiencias en Educación – REXE**, v. 21, n.46, ago. 2022. Disponível em: <https://revistas.ucsc.cl/index.php/rexe/article/view/1224>. Acesso em: 15 set. 2022.

MÁRQUES, Fernanda Telles. Cordeiro em pele de lobo? Reflexões sobre gênero e diversidade sexual no volume 10.6 dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. **Temática**, v. 3, p. 48-63, 2022b. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/62338>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MEAD, Mead. **Sexo e temperamento**. 4ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2000.

MIGNOLO, W. **El lado más oscuro de la modernidad occidental**: futuros globales, opciones decoloniales (América Latina de lo contrario). Durham: Universidad de Duke, 2011.

MIGNOLO, W. D. Prefácio. In: GNECCO, Cristóbal.; HABER, Alejandro; SHEPHERD, Nick. **Arqueología y decolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2015. Disponível em: <https://www.unicauca.edu.co/fchs/sites/default/files/SHEPHERD-GNECCO-HABER-ARQUEOLOG%C3%8DA%20Y%20DECOLONIALIDAD.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MONEY, John; HAMPSON, Joan G.; HAMPSON, John L. Hermaphroditism: recommendations concerning assignment of sex, change of sex, and psychological management. **Bulletin of the Johns Hopkins Hospital**, n. 97, p. 284-300, 1955.

PAGNOSSI, Nádia C. **A arqueologia de gênero e suas aproximações com a história**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18441>. Acesso em: 10 jan. 2023.

RODRIGUES, Geovana Pereira; MÁRQUES, Fernanda Telles. Sexo, gênero e diversidade sexual em livros didáticos de História e de Ciências do ensino fundamental II. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 9, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6541>. Acesso em: 10 jul. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales - perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 193-238. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf> . Acesso em: 31 jul. 2022.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo (1975)**. Cadernos Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em: 15 ago. 2022.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. **Cadernos Pagu**, n. 21, p.157-209, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/JMKFStf5gzxRdzkMLrmHWLQ/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10 set. 2022.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica (1989). **Educação e Realidade**, n. 20, vol. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

SENE, Gláucia A. Malerba. **Indicadores de gênero na pré-história brasileira: contexto funerário, simbolismo e diferenciação social**. O sítio arqueológico Gruta do Gentio II, Unaí, Minas Gerais. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-03042008-115634/publico/TeseGláuciaAMSene.PDF>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SHEPHERD, Nick. Una Conversación Sur-Sur. In: GNECCO, Cristóbal.; HABER, Alejandro; SHEPHERD, Nick. **Arqueología y decolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2015. Disponível em: <https://www.unicauca.edu.co/fchs/sites/default/files/SHEPHERD-GNECCO-HABER-ARQUEOLOG%C3%8DA%20Y%20DECOLONIALIDAD.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

STOLLER, Robert. **Sex and gender: the development of masculinity and femininity**. 3ª ed., New York: Science House, 1994. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Sex_and_Gender.html?id=Se7QDwAAQBAJ. Acesso em: 10 mai. 2022.

WYLIE, Alison. Gender Theory and the Archaeological Record. In: CONKEY, Margareth; GERO, Joan M. (org.). **Engendering Archaeology: women and prehistory**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 1991, p. 31-54.